



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

| COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | | |
|---|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 0425/11 | DATA: 10/05/2011 |
| INÍCIO: 15h37min | TÉRMINO: 16h54min | DURAÇÃO: 01h16min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h16min | PÁGINAS: 30 | QUARTOS: 16 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|-----------------------------------|
| |

| |
|--|
| SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta da reunião. |
|--|

| OBSERVAÇÕES |
|---|
| Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 4ª reunião. Pergunto se há necessidade de leitura da mesma. (*Pausa.*)

Leitura dispensada. Não havendo discordância, coloco-a em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

A ata foi dispensada a pedido do Exmº Sr. Deputado Chico Lopes.

Expedientes: ofício do gabinete da Deputada Nice Lobão, comunicando que a Parlamentar encontra-se sob licença médica até 15 de maio; comunicação para dar publicidade aos encontros regionais — o primeiro encontro vai ser no dia 16, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

Para dar publicidade aos encontros regionais na página da Comissão, Portal da Câmara dos Deputados, solicito aos Srs. Coordenadores que remetam ao *e-mail* da Secretaria da Comissão *sesp.pne@camara.gov.br* programação do evento.

Com vistas à padronização do conteúdo da referida página eletrônica, a Secretaria enviará aos *e-mails* dos Srs. Deputados ainda hoje modelo de proposta de convite eletrônico com os seguintes itens: tema; local; endereço; horário do evento; relação dos expositores; composição da mesa; nome dos coordenadores; contato dos gabinetes.

Quero aproveitar para esclarecer que os Deputados são os donos do evento que faremos no Estado. Portanto, lá, seja quem for o Deputado, este organizará, comporá a mesa, definirá quem vai sentar à mesa, quem não vai, etc. Tanto eu como o Relator somos apenas convidados dos Parlamentares para essas audiências públicas.

A Comissão Especial expedirá ofício ao responsável pelos espaços que sediarão os encontros e os ofícios ao Presidente da Câmara, solicitando autorização para a realização de cada evento.



Os ofícios-convites aos componentes da mesa e aos palestrantes do encontro regional ficam a cargo dos Srs. Coordenadores.

Ordem do Dia. A Ordem do Dia prevê a apreciação da pauta, com deliberação das seguintes proposições:

Requerimento nº 37, de 2011, dos Srs. Deputados Rogério Marinho e Otávio Leite, que requerem a realização de audiência pública no Estado do Rio de Janeiro, com a presença de representante do Ministério da Educação, para apresentação e discussão sobre o diagnóstico que orientou a definição da Meta 4 do Plano Nacional de Educação — PNE, de que trata o Projeto de Lei n.º 8035, de 2010.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem V.Exa. a palavra.

É interessante começarmos com esse requerimento, até porque já existe o Requerimento nº 10, aprovado dia 26 de abril, do Deputado Alessandro Molon. Eu já havia apresentado um requerimento que é o item 10 da pauta, Requerimento nº 46, e há este Requerimento nº 37.

Poderíamos juntar os três requerimentos, porque não há necessidade de fazer uma discussão específica para tratar da definição da Meta 4. Vamos fazer a discussão do Plano Nacional e do Projeto de Lei nº 8.035 pelo contexto geral.

Minha sugestão é que sejam aprovados os itens 1 e 10 da pauta, ou seja, Requerimentos 37 e 46, que farão parte da mesma audiência, já designada por V.Exa., salvo engano, para o dia 20 de maio, a confirmar com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou organizar todos os requerimentos originários de Parlamentares do Rio de Janeiro. Já há um aprovado, que aprovará os outros — não sei se regimentalmente é possível —, e apenas entre V.Exas. acerta-se a data para a realização do evento.

Fica bom assim, Deputado?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sim, fica bom. Eu havia recebido a informação da Secretaria desta Comissão que essa data já estaria previamente agendada. Prefiro não alterar a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sim, permanece. Qual é a data.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Dia 20 de maio, sexta-feira. Prefiro que fique assim, que esses requerimentos se adequem, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Até porque há a precedência do requerimento já aprovado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - O que desejamos é que esses requerimentos sejam aprovados e inseridos nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sem dúvida.

Pois não, Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, na qualidade de coautor do requerimento, quero apenas esclarecer que na verdade estamos como membro da Comissão levando o requerimento do companheiro Deputado Otavio Leite, por isso, o local é o Rio de Janeiro.

Desejo esclarecer ao nobre Deputado que me antecedeu, com toda a vênua, que a preocupação do Deputado Otavio Leite é claro que é com o Plano Nacional como um todo, mas tem uma atuação voltada para a questão das deficiências dos transtornos globais, do desenvolvimento de altas habilidades, que são justamente o que estão contidos no item 4 da Meta, da universalização, que gostaria de ler para V.Exa.: *Universalizar para a população de 4 a 17 anos o atendimento escolar aos estudantes com deficiências, transtornos globais, desenvolvimentos e altas habilidades ou superdotação na rede regular do ensino.*

Portanto, na questão específica que faz parte justamente do mandato do Deputado Otavio Leite.

Peço a V.Exa. preserve a integralidade do requerimento, sem prejuízo da reunião que vai ocorrer, já que se trata de olhar específico sobre um ponto focado do próprio PNE, dentro da atuação parlamentar do Deputado Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Rogério, não vejo, com a boa vontade que está sempre presente entre nós, nenhuma dificuldade. Poderemos organizar no mesmo dia um painel exclusivamente referente a esse tema, com convidados específicos do tema, tanto palestrante quanto ouvintes. Faremos em um dia só, mas deslocamos um painel. Combinemos com o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Perfeito.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não há problema algum, Presidente, até porque eu não disse que o tema não deveria ser debatido, mas que ele deveria ser debatido junto com o Plano Nacional, porque ele é parte integrante, até porque, pelo item 7 da pauta — que imagino será aprovado —, vai haver audiência pública somente com a finalidade de debater a proposta de educação especial, dos Deputados Eduardo Barbosa e Professora Dorinha Seabra Rezende. Não há nenhum impedimento para discutir o tema. Pelo contrário, já está inserido no Plano Nacional. Caso queira, faça um painel, como sugeriu V.Exa. mesmo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Já aceitamos a ponderação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Entendimento estabelecido.

Tem a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, eu ia falar sobre o assunto, chegaram o acordo, mas procede a preocupação do item 4: Nota de repúdio da comunidade surda nativa da língua legítima a Libras. Isso é do Ceará. Antes de começarmos a discutir o Plano aqui, fizemos isso no Ceará. Foi feito pela Miss Ceará de 2009, que é surda e muda. Quer dizer, há, de certo modo, um rebaixamento, não proposital. Quando o companheiro ressalta que se deve chamar a atenção para o item 4, registra uma insatisfação em todo o País. Por ser minoria, talvez não se apresente tão forte, mas quando entra o Estado, acontece isso. Fiquei surpreso com a nota de repúdio.

Teria mais a abordar, mas só para reforçar essa unidade, não esquecendo que é uma questão real, concreta que eles estão sentindo fora do plano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bem, Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, só para ficar claro que essa data seria no dia 20 de maio com o local a ser definido. Nós, os três Deputados do Rio que estão no requerimento, deveremos nos reunir para definir o local e as autoridades. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pensando neste momento, o importante é a data, o local, entendendo a cidade onde vai se realizar, e V.Exa. pode escolher outros locais, enfim, para executar o evento. Não há nenhum problema. O



evento é um só, na mesma cidade, na mesma data, mas poderá ser feito em locais diferentes.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Creio que na Capital. Discutiremos com os outros dois Deputados o local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem a palavra o Deputado Renan Filho.

O SR. DEPUTADO RENAN FILHO - Presidente Gastão, quero perguntar a V.Exa. se já há um preestabelecimento das datas dos Estados, até porque estou um pouco preocupado porque preciso incluir Alagoas nessa programação, mas acho que fiquei de fora. Só para encaminharmos, para que eu possa preparar, no Estado de Alagoas o nosso seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou proceder à votação e vou ler para V.Exa. as datas já acertadas. Reforço o pedido, no sentido de que sejam encaminhadas as datas à Secretaria, para que possamos fechar esse calendário.

Por serem assuntos com a mesma finalidade, vamos colocar em votação o Requerimento nº 37, de 2011, dos Deputados Rogério Marinho e Otavio Leite, e o Requerimento nº 46, de 2011, do Sr. Deputado Hugo Leal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que concordam com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os dois requerimentos estão aprovados.

Requerimento nº 38, de 2011, da Exma. Sra. Deputada Fátima Bezerra, que requer a realização de audiência pública na Comissão Especial, com o objetivo de debater o tema *Valorização dos Profissionais de Educação*.

Tem a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Gastão Vieira, a iniciativa de apresentar esse requerimento deve-se ao fato de que, quando o eminente Relator, companheiro Angelo Vanhoni, apresentou a proposta das audiências públicas, S.Exa. elencou corretamente quatro eixos do PNE — expansão e universalização do ensino, financiamento da educação, gestão democrática e



qualidade de educação —, abrindo esse ciclo de audiências públicas, que começará exatamente amanhã.

De pronto, conversei com o Deputado Angelo Vanhoni e houve total concordância no sentido de sugerir mais uma discussão, fazendo parte desse ciclo de debate dos grandes eixos com relação ao Plano Nacional de Educação, no que diz respeito à valorização profissional e salarial do magistério.

Por que julgo pertinente pontuarmos esse debate? Inclusive, o Deputado Chico Lopes também está subscrevendo conosco, assim como a Deputada Alice Portugal. Sabemos que a meta 17 trata exatamente da valorização salarial e profissional. Ela diz:

“Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, tendo como estratégias:”

Essas são as propostas contidas no PL 8.035:

“Estratégia 17.1: Constituir fórum permanente com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais de magistério público da educação básica”.

“Estratégia 17.2: Acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da pesquisa nacional por amostragem de domicílios, periodicamente divulgados pelo IBGE”.

“Estratégia 17.3: Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para o magistério, com implementação gradual da jornada de trabalho cumprida em um único estabelecimento escolar.”



Na verdade, estamos tratando de um tema que seguramente, ao lado da meta 20, que trata do financiamento da educação, vai merecer um grande debate por parte desta Comissão e por parte do Congresso Nacional.

Estamos falando de uma meta que mexe com a vida de 2 milhões e meio, Deputado Emiliano José, de professores espalhados pelo Brasil afora. É uma meta que exigirá, a exemplo do que foi o debate, quando da tramitação da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional, muito diálogo, de um lado, com os trabalhadores, com as organizações sociais, e, de outro lado, exatamente com o pacto federativo, com a UNDIME, com o CONSED, com a Frente Nacional de Prefeitos, com a Confederação Nacional dos Municípios.

Quando o Deputado Vanhoni fez a proposta dos eixos, eu me coloquei à disposição para colaborar mais ainda no eixo da valorização salarial e profissional do magistério. Outros Parlamentares estão junto comigo nessa tarefa.

Peço apoio aos meus pares, para que façamos também uma audiência específica sobre essa temática. Creio que é necessário aprofundarmos mais o debate no que diz respeito a esse tema.

Esse é um tema que já está recebendo muitas emendas, Deputado Gastão. Uma das metas que vai receber o maior número de emendas é a Meta 17, até porque a formulação desta meta no Plano Nacional não está adequada. Ela precisa ser não só melhorada, como também mais bem definida. Haverá a necessidade de um debate sobre o que é um salário médio e um salário equivalente. Enfim, não farei isso agora porque a audiência pública trará a oportunidade de aprofundarmos.

Sugiro, desde já, conforme falei com o Deputado Vanhoni, que esta Mesa tenha a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que oficialmente representam os trabalhadores de educação de todo o País. É importante também a presença do MEC, do CONSED, da UNDIME, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Conversei com o Deputado Vanhoni e há uma concordância com ele.

Peço apoio aos meus pares para a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ângelo Vanhoni, V.Exa. quer sentar-se aqui?



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Se V.Exa. de vez em quando me conceder a palavra, estou bem instalado aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Está ótimo.

Em discussão o requerimento da nobre Deputada Fátima Bezerra.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, prezados Deputados, quero apoiar a Deputada Fátima, recordando a nossa iniciativa quando da discussão da lei do piso salarial nacional para os profissionais da educação. Havíamos apresentado uma emenda para que, no prazo de um ano, fosse também elaborado um projeto de lei para assegurarmos o piso para os servidores técnico-administrativos das redes públicas de educação básica, as redes municipais estaduais.

Lamentavelmente, entendeu-se, à época, que seriam dois encargos de uma só vez com repercussão nas contas municipais e estaduais. O que observamos é que a não aprovação ou pelo menos o não início da discussão do piso para os servidores técnico-administrativos gerou e continua gerando uma insatisfação muito grande nas escolas públicas.

Tenho sido convidado para fazer palestras, para participar de reuniões com professores, com sindicatos da educação, e há uma profunda insatisfação.

A pergunta que mais nos é feita pelos servidores é: *“Por que nós servidores não temos um piso?”* Muitos, inclusive, têm acessado a nossa página na Internet e nos dizem: *“Eu fiz concurso para ser do quadro permanente da educação.”* Muitos servidores são portadores de diploma, de licenciatura de pedagogia e se encontram desmotivados, desprestigiados, porque nós aprovamos a lei do piso e até hoje, três anos depois, não conseguimos sequer iniciar a discussão de um novo projeto de lei para a construção de um piso para os servidores técnico-administrativos.

Se isso não for corrigido nesse processo da discussão do PNE, na valorização dos profissionais da educação, vamos tentar uniformizar a valorização dos profissionais de sala de aula, no exercício da função docente, mas teremos 27 níveis e 5.562 níveis distintos de expectativas salariais e de carreira para os servidores técnico-administrativos.



É comum nas redes públicas, sobretudo nos Municípios, termos servidores da educação que não são do quadro, que não são sequer concursados para o quadro permanente da educação. São servidores cedidos de outras Secretarias. Alguns passam um ano, dois anos, três anos, seis meses. Eles saem de uma Secretaria para outra e não conseguem construir, evidentemente, sem piso e sem carreira, o compromisso efetivo com a valorização da educação pública de qualidade.

Essa iniciativa da Deputada Fátima é fundamental, vai recuperar a oportunidade que tivemos de apresentar uma proposta de piso para os servidores técnico-administrativos.

Espero, de uma vez por todas, que saíamos do debate do PNE com a garantia da defesa unitária do piso e da carreira para os servidores técnico-administrativos das redes de educação básica dos Municípios e dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Continuamos em discussão.

Vamos colocar em votação, antes esclarecendo que a Exma. Sra. Deputada Fátima Bezerra, no seu requerimento, nomina: um representante do Ministério da Educação; um representante do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão; um representante da UNDIME; um representante do CONSED, o Sr. Heleno Araújo, representando a CNTE; e a Sra. Dalila Andrade Oliveira, Presidente da ANPED.

É isso, Deputada Fátima?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Gastão, acho que houve um equívoco na questão do representante da ANPED.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Enquanto a Deputada Fátima analisa o documento, quero comunicar aos senhores que hoje pela manhã, em uma audiência que não se realizou, porque o nosso eminente Relator não pôde estar presente, não fizemos a audiência com o Ministro que seria hoje às 11 horas.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Fui consultado ontem e, como não poderia estar aqui às 11 horas, pedi para transmitir ao Ministério que V.Exa., como Presidente da Comissão, estaria tratando dos assuntos já acordados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu preferi não fazê-lo sem a presença de V.Exa., mas aproveitamos a reunião para receber a avaliação do plano.



O MEC entregou oficialmente o Volume 1-Níveis de Ensino; Volume 2- Modalidade de Ensino; Volume 3- Magistério da Educação Básica, Financiamento e Gestão e Considerações Finais.

O Sr. Ministro fez a entrega oficialmente deste material, que está aqui. Recebemos também o documento final do CONAE, que disponibilizarei hoje à tarde, pela Internet, para acesso a todos os Parlamentares.

Este documento de avaliação, se estiver digitalizado, disponibilizarei na página da Comissão. Se não estiver digitalizado, providenciaremos cópias pelo menos para cada um dos partidos ou das Lideranças partidárias com assento na Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Já está digitalizado, então, vamos disponibilizá-lo na página da Comissão.

Farei a entrega desses volumes oficialmente a V.Exa.

Quero comunicar que recebemos a resposta ao requerimento do Deputado Nelson Marchezan Junior. Aqui está o CD que contém as notas técnicas do MEC quanto à questão específica referente à participação da educação no PIB. O Deputado Nelson não está presente, pedirei a S.Exa. autorização e farei distribuir também a todos os Deputados, se assim S.Exa. concordar. Esse cuidado é porque o requerimento é de S.Exa. Há também um requerimento da Deputada Professora Dorinha, creio, nesse sentido.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O diagnóstico V.Exa. vai receber. V.Exa. também fez um requerimento nesse sentido? *(Pausa.)*

Então, Sra. Secretária, providencie igualmente uma cópia à Deputada Dorinha.

Tem a palavra a Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Gastão Vieira, eu gostaria de acrescentar um convidado para o debate: um representante da Campanha. É somente isso. Com os demais nomes, eu concordo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu poderia, Sr. Presidente, fazer uma consulta à Deputada Fátima?



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Observei alguns requerimentos cuja temática é mais diretamente relacionada às ações da Campanha, e eu trago aqui inclusive duas publicações sobre financiamento da educação e sobre o estudo do custo aluno/qualidade que foram elaboradas pela Campanha. Indago se não poderíamos, Deputada Fátima, abrir mão da participação da Campanha na mesa sobre valorização e garantir a participação dela na mesa sobre financiamento, para que não houvesse repetição de temas. São tantas as entidades que deveremos ouvir e prestigiar, que eu fico com receio de que se nós indicarmos a Campanha para a área da valorização, talvez haja alguma objeção em repeti-la na mesa sobre financiamento. E acho que seria muito mais adequado pelo trabalho e produção que a Campanha tem feito na área do custo aluno/qualidade e do financiamento à educação nós assegurarmos a Campanha.

É apenas uma consulta que faço a V.Exa., caso haja algum tipo de entrave para que a Campanha seja repetida numa outra mesa, num outro seminário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Há um requerimento inclusive sobre financiamento de autoria do Sr. Relator que vai entrar em discussão, o Requerimento nº 41, e em votação nesta reunião que estamos realizando.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Eu posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pode sim, Deputada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Não há absolutamente nenhum inconveniente. Inclusive, a Campanha já está sendo convidada para o debate do financiamento. No requerimento que o Deputado Angelo Vanhoni apresentou, a Campanha já está relacionada para fazer parte do debate do financiamento. Enfim, da minha parte não há nenhum problema. Eu acho que ela também tem o que contribuir com essa temática, mas não há absolutamente nenhum problema. Eu deixaria inclusive a critério dela.

Por exemplo, nós vamos ter um debate amanhã sobre a qualidade da educação. Nesse aspecto, eu gostaria de fazer uma ponderação. Tudo bem que a Campanha não seja incluída no debate da valorização e então eu pediria apoio aos meus pares e do próprio Relator para que a Campanha entre no debate de amanhã,



Deputado Vanhoni. Como a temática é *Qualidade Social da Educação* e tendo em vista todo o trabalho que eles têm acumulado, um trabalho muito consistente acerca do custo aluno/educação, eu acho que enriqueceria o debate amanhã se pudéssemos incluir a Campanha. Sendo assim, eu retiraria, Deputado Gastão Vieira, e ficaria o requerimento original da forma como aí está.

Eu faço essa sugestão, são quatro convidados para amanhã, e pergunto a V.Exa., Deputado Vanhoni, se poderia acolher a Campanha amanhã para fazer parte da audiência pública.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, meu nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu acho que é boa a conversa e a sugestão do Deputado Paulo Rubem Santiago, porque sinceramente estou com a minha mente um pouco embaralhada em relação às audiências que vamos realizar. Tenho uma relação e nos três requerimentos que elaborei resolvi incluir 15 entidades que têm solicitado presença para participarem do debate do PNE. Vejo que todos os pedidos são meritórios. Então, a minha preocupação é que aprovamos na reunião passada por sugestão do Deputado Ivan Valente, e foi acordado por todos, que o MEC sempre estivesse na audiência pública, porque é autor do projeto de lei, a UNDIME, que representa os Secretários de Educação dos Municípios e vai arcar com a responsabilidade de implantar diversas metas incluídas no plano, e o CONSED, que reúne os Secretários de Educação dos Estados, que também terá de arcar com mais de um terço da responsabilidade que o PNE estabelece. Então, já temos três esferas: o Poder Executivo da União, o Poder Executivo dos Municípios e o Poder Executivo dos Estados.

Imagino que as Sras. e os Srs. Deputados desta Comissão concordam comigo que a presença desses três representante das esferas da Federação necessariamente devem opinar sobre alguns temas essenciais do plano. Eles é que vão arcar com a responsabilidade de implantação do plano. Mas se nós temos só os três, dada a profusão de entidades da sociedade civil que debate e têm uma afã enorme de querer participar desse debate do Plano Nacional da Educação, se limitarmos a quatro audiências públicas e, ao mesmo tempo, a só quatro



participantes, nós vamos deixar muita gente de fora. Então, eu sinceramente não sei como organizar esses debates daqui para frente. Minha sugestão, a princípio, para acomodar as duas audiências públicas, é que nós diminuamos tempo de cada uma das entidades, em vez de 20 minutos, destinemos 15 minutos para cada entidade apresentar o seu parecer. Nós tínhamos pensado em 20 minutos, então, sugiro passarmos para 15 minutos, de modo que na audiência pública de amanhã, e na da próxima quarta-feira, que tenhamos seis entidades. Até lá, Sr. Presidente, V.Exa. poderia chamar mais dois ou três representantes da Mesa para juntos montarmos o seminário. Penso que no seminário poderemos acomodar a participação de todos num dia inteiro, ou se for preciso em dois, porque nós temos tempo ainda para fazer e planejar com muito cuidado a participação das entidades. Eu acho que quando esse quadro já estiver estabelecido, conseguiremos diminuir a ansiedade pela participação, discussão e da delimitação do espaço e poderemos, a partir daí, prosseguir os debates com mais tranquilidade. A minha sugestão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Eu gostaria de dizer ao Relator que estamos plenamente de acordo. O seminário terá dois períodos, um pela manhã e outro à tarde. Quanto a isso, já havia acordo.

Amanhã, nós iniciaremos, a requerimento de V.Exa., a primeira audiência com o tema *Qualidade da Educação*, para a qual estão confirmadas as presenças da Sra. Cleusa, da UNDIME, o Sr. Roberto Franklin de Leão, da CNTE, o Professor Mozart Neves Ramos, do Todos pela Educação, e o Deputado Thiago Peixoto, pelo CONSED. Foram esses quatro que convidamos para o debate de amanhã.

Com relação à presença do MEC, nós temos um problema que eu diria de educação política. O Sr. Ministro recebeu o nosso convite, mas não marcou ainda a sua vinda. Esta Presidência considerou que não seria elegante convidar um subordinado do Ministro, antes que S.Exa. decida se vem ou não, porque, em tese, S.Exa. fala pelo Ministério como um todo, ou designa alguém para falar em nome dele. Então, foi por essa razão que o Ministério da Educação ficou fora dessa primeira Mesa. Nós dois estamos aguardando que o Ministro confirme quando deseja vir falar para os membros da Comissão. Então, esta é a audiência de amanhã.



Quero chamar a atenção para um fato. A prática de vida nesta Casa mostra que convidar seis expositores para uma audiência e pedir que cada um fale apenas 15 minutos é uma tarefa tão difícil que quem vai presidir a reunião não é o Presidente, mas o autor do requerimento. Eu abro a reunião e passo a Presidência para quem for o autor do requerimento, para que faça esse controle. Eu confesso que não consigo fazê-lo. Não há problema nenhum convidar seis ou sete expositores, para falarem por 15 minutos, com limitação do tempo, usando o cronômetro. No entanto, para a reunião de amanhã, que é a única que está acertada, não pode haver alteração, porque foi aprovada em requerimento, as pessoas já estão convidadas, está tudo organizado e pronto. De modo que ela irá ocorrer com os convidados aqui relacionados, com o objeto da discussão e da aprovação do requerimento de V.Exa.

Quanto às outras reuniões, vamos sentar e conversar novamente sobre aquela velha ideia de um seminário com painéis de manhã e à tarde, chamaremos todos e conseguiremos efetivamente resolver o problema.

Em votação o requerimento da Deputada Fátima Bezerra, sem a alteração proposta da vinda do representante da Campanha amanhã. Permanece o requerimento de S.Exa. com a inclusão proposta.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - V.Exa. está incluindo a Campanha no debate da valorização, ou seja, junto com as demais sugestões que já estão colocadas aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Exatamente. Ela não entra amanhã, porque está tudo organizado e com requerimento aprovado. Foi nominal o requerimento das entidades, enfim.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Não há nenhum problema, eu apenas fiz essa sugestão ao Relator, porque o tema de amanhã é *Qualidade da Educação*, e a Campanha tem exatamente um trabalho elaborado e muito consistente nessa área. De minha parte, não há problema algum. Fiz a sugestão levando em consideração esse contexto. Então, ficariam as cinco sugestões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sim, as que já estavam e incluí a última de V.Exa.

Em votação.



As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento da Deputada Fátima Bezerra está aprovado.

O próximo é o Requerimento nº 39, de 2011, do Deputado André Moura, que requer realização de audiência pública em Aracaju, Sergipe.

Há outro expediente no mesmo sentido, o Requerimento nº 40, de 2011, de autoria do Deputado Luiz Couto e da Deputada Fátima Bezerra, para realização de audiência pública em João Pessoa.

O Requerimento nº 47 é de autoria do Deputado Pedro Chaves, de Goiás.

Podemos votar em globo os três requerimentos? *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-os em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o conteúdo dos requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos estão aprovados.

Dona Terezinha, voltemos à ordem.

Requerimento nº 41, do Exmo. Sr. Deputado Ariosto Holanda — ilustre representante do povo do Ceará, que está numa briga santa com o Ministro dos Transportes —, que requer a realização de seminário em conjunto com o Conselho de Altos Estudos, com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e com o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de definir diretrizes, metas e estratégias para extensão tecnológica no País.

Tem a palavra o Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, na primeira reunião desta Comissão, eu levantei a questão de como a Comissão iria tratar o problema do analfabetismo funcional no País, já que esse é um número que consideramos relevante. Os assessores da Comissão seguinte, principalmente o Dr. Ricardo, apontaram exatamente o número de analfabetos funcionais no País, com base nos diagnósticos do PNAD e do INAF. E, por coincidência, Sr. Presidente, ontem no *Jornal Nacional*, que está fazendo uma série de matérias sobre educação, foi destacado o analfabetismo funcional no País. Como esse número é relevante — chega a ser da ordem de 55 milhões de brasileiros, segundo dados do PNAD —,



enxergamos que os brasileiros na faixa de 15 a 64 anos não voltarão a uma escola formal para se alfabetizar. Então, devemos ter políticas públicas voltadas para a capacitação dessa população.

Ontem, um trabalhador deu depoimento dizendo que não havia conseguido uma promoção por não conseguir interpretar um texto. Então, o *Jornal Nacional* ontem destacou o tema analfabetismo funcional e aqueles dados do INAF e do PNAD, apresentados pelo Ricardo.

Sr. Presidente, enxergo com muita clareza que a extensão é o que chega a essa população: a extensão das universidades, dos institutos tecnológicos. A escola formal não vai atender a essa população, porque eles precisam trabalhar.

Por isso estamos desenhando um seminário a fim de definir metas e estratégias que contemplem essa ação educacional em prol desses trabalhadores. E identificamos — e queremos consultar nossos companheiros se haveria mais alguma instituição — principalmente as instituições que direta ou indiretamente atuam no tema extensão.

Que sejam então convidados o Ministro da Ciência e Tecnologia — inclusive estive conversando com S.Exa., que achou a ideia muito importante, e virá; o Presidente do CNPq, porque trabalha com as bolsas de extensão; representante da EMBRAPA, que disponibilizaria conhecimento para levar principalmente ao meio rural; o Presidente da FINEP, que financia através dos fundos setoriais os Centros Vocacionais Tecnológicos; o Presidente do CONIF — Conselho Nacional dos Institutos Federais; representantes do SEBRAE e da ANDIFES; e o Presidente do IBICT, que trabalha com informação em ciência e tecnologia.

Sr. Presidente, precisamos criar essas estruturas ágeis de transferência de conhecimento para a população, que, como verdadeiros atalhos, avancem sobre os mecanismos tradicionais. Chegamos a sugerir a data de 16 de novembro, inclusive reservamos o Auditório Nereu Ramos, e a participação de V.Exa. é importante nesse processo. A ideia é discutirmos dois painéis para sair com uma indicação sobre uma ação de extensão tecnológica com vista à capacitação da população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ariosto Holanda, V.Exa., como tudo que é da sua iniciativa, apresenta uma proposta extremamente interessante. Quero apenas que V.Exa. me permita, discutindo com o Plenário e,



depois, até a votação do requerimento, entender o seguinte: seria um seminário do Conselho de Altos Estudos em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - E a Comissão Especial que trata do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito bem.

O Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia teve autorizado o convite para que aqui comparecesse por meio de requerimento do Deputado Newton Lima, aprovado em plenário. S.Exa. já está convidado para aqui comparecer. S.Exa. poderia entrar nesse evento, se o Deputado Newton Lima concordar e o tema estiver dentro da linha proposta por V.Exa. Essa atividade, que considero importantíssima, contaria com o apoio e a participação da Comissão, mas seria organizado pela Comissão de Altos Estudos, etc.

É isso o que V.Exa. está propondo?

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - A participação da Comissão é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Será total.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - E os encaminhamentos que fossem adotados neste seminário pudessem ser absorvidos como uma contribuição ao Plano Nacional de Educação, já que estamos destacando a extensão como ação de educação — e realmente nenhum Ministério destacou. Apesar de ter em seus estatutos ensino, pesquisa e extensão, a universidade não o faz de maneira que massifique.

Então, o que nós estamos querendo é trazer para a discussão essa questão da educação com base na extensão e que, dentro do Plano Nacional de Educação, pudessem ser absorvidos os encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Está bem entendido, Sr. Deputado Ariosto Holanda.

Com a palavra o Deputado Waldir Maranhão. V.Exa. estava muito simpático no CQC. Estava ótimo. Não se zangou em momento nenhum. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO - Sr. Presidente, primeiro, o espírito da proposição do Deputado Ariosto Holanda certamente vai na direção de contribuir para a interlocução da universidade com a sociedade, buscando capacitar



a população. Portanto, acredito que será mais uma contribuição que vai em muito enriquecer o debate e dar uma configuração ao PNE a partir do que nós queremos, que é promover a inclusão social.

Eu parabenizo o Deputado Ariosto Holanda pela sua recorrente preocupação com aqueles notadamente mais excluídos da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ariosto, o Presidente do Conselho de Altos Estudos ainda é o Deputado Inocêncio Oliveira?

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Ainda é o Deputado Inocêncio Oliveira. Aliás, amanhã, este mesmo requerimento vou apresentar ao Conselho e também à Comissão de Ciência e Tecnologia, para fechar as três ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O.k.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, V.Exa. quer falar?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

Eu quero só dar uma sugestão. Não sei se poderia contribuir, mas sugiro a participação do Fórum dos Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - É o CONSECTI?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É o CONSECTI.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Bem lembrado. Acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, fica incluído na proposição. E V.Exa. faça incluir na proposição que for para o Conselho de Altos Estudos e para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento do Deputado Ariosto Holanda e com a inclusão proposta pela Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O próximo requerimento é do eminente Deputado Waldir Maranhão. Requerimento nº 42/11, que *“requer seja convidada a Ministra do Planejamento, Sra.*



Miriam Belchior, para ser ouvida por esta Comissão Especial (...) no que se refere ao investimento público na área de educação”.

Eu apenas pergunto à Dra. Terezinha se aquele requerimento de convocação de representantes do Ministro da Fazenda e da Ministra do Planejamento nós chegamos apreciar ou foi apenas uma ideia que andou por aqui. *(Pausa.)*

Alguém lembra se nós aprovamos algum requerimento convidando o Ministro da Fazenda e a Ministra do Planejamento?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Os Ministros da Fazenda e do Planejamento, não, porque foram agregados à discussão. Agora, os outros três nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Aprovamos.

Então, não está prejudicado o requerimento do Deputado Waldir Maranhão.

V.Exa. quer fazer a defesa do requerimento ou posso pôr em votação?
(Pausa.) O.k.

Em votação.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, numa das intervenções anteriores, eu destaquei que a tramitação e a construção decenal do PNE vão acontecer concomitantemente com a vigência de dois Planos Plurianuais — o de 2012/2015 e o de 2016/2019. Conseqüentemente, a discussão da coerência, da convergência, da harmonia do PNE com os Planos Plurianuais realmente deve ser feita. Eu só ponderaria ao autor do requerimento, Deputado Waldir Maranhão, se nós não poderíamos inserir o convite à Ministra Miriam Belchior nesse contexto maior, em que poderiam estar aqui a Ministra do Planejamento, o Ministro da Fazenda. Por quê? Porque não vai repercutir de forma clara para fora do País como é que um país elabora um plano decenal de educação que não dialoga com os seus próprios planos plurianuais.

Como é que se entende essa sintonia? Um plano decenal de educação vai demandar investimentos paralelos associados à infraestrutura da escola. Foi publicada, neste último final de semana, a notícia de que escolas públicas da zona rural não têm energia elétrica, de que escolas públicas urbanas não têm



abastecimento regular de água potável, o que demanda infraestrutura, o que demanda planejamento de médio e longo prazo.

Eu faria esta ponderação: não poderíamos pensar a presença do Ministério do Planejamento e de outros Ministérios num contexto mais amplo, do PNE associado aos planos plurianuais que serão construídos e concretizados ao longo da vigência decenal?

É apenas uma preocupação de quem sempre procura relacionar a questão das políticas sociais com as questões orçamentárias, para que haja essa sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Paulo Rubem, nós estivemos em um seminário realizado no IPEA, na semana passada, patrocinado pela UNESCO, ocasião em que o nosso consultor Paulo de Sena, que aqui está, fez uma única e definitiva observação: se os PPAs futuros não deveriam incorporar as metas do Plano nas propostas que chegam a esta Casa. E houve unanimidade dos pesquisadores e debatedores do seminário com relação a esse assunto.

O Deputado Waldir deixa a coisa bem ampla: chama a Ministra para discutir investimento público na área de educação.

Deputado Paulo Rubem, eu pondero o seguinte: é muito complicado o Ministério da Fazenda vir aqui — e ninguém está fazendo crítica. Nós aprendemos isso durante a apreciação do FUNDEF, do FUNDEB, do piso etc.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A Deputada Fátima Bezerra fez amizade com Bernard Appy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - *(Risos.)* Eu proponho o seguinte: vamos aprovar o requerimento do Deputado Waldir Maranhão, como apresentou, e V.Exa. apresenta requerimento convidando Guido Mantega. *(Pausa.)* Então, pronto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento do Deputado Waldir Maranhão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, permita-me.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Ariosto.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Como ficou aquela questão do Ministro? Eu falaria com o Deputado Newton, porque ele também está convidando o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Subsidiariamente.

Eu tenho a impressão de que o Deputado Newton pensou no Ministro da Ciência e Tecnologia para outra questão. Vamos conversar com S.Exa.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Próximo item:

Requerimento nº 43/11, da Sra. Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e do Sr. Deputado Eduardo Barbosa, que *“requer realização de audiência pública com a finalidade de debater as propostas para a educação especial no âmbito do PL nº 8.035, de 2010”*.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, damos sequência a um requerimento já apresentado pelo Deputado Eduardo Barbosa, para um convite direcionado a instituições, como APAEs e Pestalozzis.

Nós convidamos representantes da UNDIME, do CONSED, do Conselho Nacional de Educação e o Sr. Carlos Abicalil, Secretário Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação, para tratar das políticas públicas na área do ensino especial.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Permita-me assinar seu requerimento.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É lógico.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu gostaria de assiná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - V.Exa. tem toda a preferência, tanto pela sua competência quanto pela sua idade. *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 44/11, do Deputado Paulo Rubem Santiago, que *“requer a realização de audiência pública com a finalidade de avaliar o Projeto de Lei nº 8035/2010, no que diz respeito às diretrizes, metas e estratégias propostas para a educação básica no campo”*.

Tem a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, todos os indicadores apresentados nos estudos do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e nos relatórios publicados recentemente pelo IPEA nos colocam numa situação problemática no tocante ao acesso, à permanência e à qualidade da permanência na educação básica, quando analisamos a situação das crianças e dos adolescentes que vivem no campo, nas áreas rurais do nosso País.

O quadro fica mais complicado quando saímos do Centro-Sul e do Sudeste para o Centro-Oeste, para o Norte e para o Nordeste. A nossa região nordestina, lamentavelmente, ainda apresenta índices de acesso, de permanência e de qualidade da permanência na educação básica, nas zonas rurais, similares aos de países muitas vezes mais pobres do que o Brasil, seja do ponto de vista do Produto Interno Bruto, seja do ponto de vista da renda *per capita*, seja do ponto de vista do Índice de Desenvolvimento Humano.

Especialmente no tocante ao acesso e à conclusão do ensino médio, os dados são vergonhosos. Parece-me que há 4 séculos acabou a corda do relógio, e o Brasil não avançou durante 400 anos.

Creio, então, ser importante ouvirmos os representantes das entidades relacionadas com os movimentos sociais do campo, que têm apresentado propostas para a educação básica no campo, que têm buscado as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação para que estabeleçam políticas específicas e adequadas que garantam, em primeiro lugar, a permanência dos jovens na escola, nas zonas rurais, com a concomitante oferta de desenvolvimento econômico, de oportunidades de emprego, de formação e de educação profissionais.

Foi muito importante a opção do Governo do Presidente Lula de expandir a rede de educação federal tecnológica, de expandi-la inclusive para fora das regiões metropolitanas, levando-a de Pernambuco e do Nordeste para o Sertão e para o



Semiárido, para oferecer a esses jovens que não tinham opção nos seus Municípios o acesso à educação profissional tecnológica.

Vamos, portanto, acolher qualquer sugestão que venha das Sras. e dos Srs. Deputados para incluir outras entidades, outras instituições. Mas acredito que estas são entidades que hoje representam o maior protagonismo dos movimentos sociais no campo: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. E adendaria, se for o caso, a Organização das Cooperativas, que também tem uma participação muito grande no cooperativismo rural, entre jovens e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Apenas esclareço aos Deputados, antes da votação, que o Deputado Paulo Rubem Santiago propõe o convite à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, à CONTAG, à FETRAF e ao MST. É isso, Deputado? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Gostaria de consultar o Deputado Paulo Rubem Santiago — e acho este requerimento da mais alta importância — sobre se não poderíamos estender esta sua ação à extensão no campo. Eu proporia a seguinte redação: realização de audiência com a finalidade de avaliar o Projeto de Lei nº 8.035/10, no que diz respeito às diretrizes, metas e estratégias propostas para a educação básica e a extensão no campo.

Pode ser?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pode. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O.k.

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Acho complicado tratar de educação formal no campo sem chamar UNDIME e CONSED.

Quero sugerir a inclusão da UNDIME, principalmente, e do CONSED.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Paulo, tranquilo? *(Pausa.)*

V.Exa. quer usar a palavra, nosso brilhante Presidente da reunião de instalação? Deputado Paes Landim, V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO PAES LANDIM - Eu sugeriria ao nosso querido Deputado Paulo Rubem... Acho que a entidade muito ligada a esse setor é o Movimento de Educação de Base, uma criação de D. Helder Câmara, que acabou de fazer 50 anos, ligada à Pastoral da Terra.

A Igreja tem muita experiência nessa área da educação rural. Seria importante imaginar uma forma de convocação dessas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Paulo Rubem, V.Exa. acata? *(Pausa.)*

Então, vamos acrescentar o Movimento de Educação de Base, ligado à Pastoral da Terra. É isso? *(Pausa.)* O.k.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento do Deputado Paulo Rubem Santiago permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 45/11, do eminente Deputado Rogério Marinho, que *“requer realização de um seminário e cinco painéis com a finalidade de debater as propostas para a educação de nível médio (...)”*.

V.Exa. quer usar a palavra?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Apenas se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Então, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Para finalizar, há três requerimentos, todos de autoria do eminente Relator: o Requerimento nº 48/11, sobre expansão e universalização do ensino; o Requerimento nº 49/11, sobre financiamento da educação; e o Requerimento nº 50/11, sobre gestão democrática.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, eu listei nesses requerimentos um conjunto de entidades, mas nem todas necessariamente precisam participar da audiência pública. Fiz isso com o objetivo de que nenhuma ficasse de fora das convocações, dado o pleito dessas diversas entidades.

Mas agora chegou ao meu conhecimento que algumas estão fora da lista que está sobre a mesa. Eu gostaria que fossem acrescentadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CONTEE; a Central Única dos Trabalhadores; o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior — PROIFES...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Já há algumas observações a serem feitas contra a convocação do pessoal do PROIFES.

Acrescento, ainda, a Federação dos Sindicados dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras — FASUBRA e o Centro de Estudos Educação & Sociedade — CEDES.

Mas eu também gostaria de pedir a V.Exa. que fizesse a seguinte consideração, Sr. Presidente. Nesse espaço de tempo, acabei recebendo alguns apelos. Aliás, o Deputado Ivan Valente diz que é o único Deputado da Oposição aqui nesta Comissão, porque é do PSOL. S.Exa. diz que praticamente todos aqui são Governo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Espero que Paulo Rubem se manifeste.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu lhe disse que aqui não tem Oposição nem Situação. Aqui há aqueles que militam sob o prisma da educação. Temos algumas divergências sobre pequenas concepções, mas estamos todos de acordo que a educação e o conhecimento devem ser o fator de desenvolvimento do nosso País.

A sugestão, Sr. Presidente, é de que abramos uma concessão e, amanhã, a Campanha fizesse parte da audiência pública sobre qualidade da educação. É notório que, entre as entidades públicas, a que mais tem-se envolvido com essa questão da qualidade é a Campanha. O Deputado Ivan Valente também tem um requerimento de convite à Campanha e veio me perguntar a respeito disso. Fizeram o mesmo o Deputado Artur Bruno e a Deputada Fátima, que já se expressou.



O Deputado Paulo Rubem sugeriu que o pessoal da Campanha estivesse presente na audiência pública sobre financiamento e não na audiência sobre qualidade. Eu acho que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Qualidade sem financiamento não existe. As duas coisas estão muito entrelaçadas.

A sugestão é a de que fiquem esses 5 debatedores e de que V.Exa. diminua o tempo, para 15 minutos a cada um.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - É isso, Deputado Ivan?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Angelo, aproveitando essa discussão que V.Exa. traz à baila, eu queria pedir um pouco de compreensão, sob a forma de autorização do Plenário, para que V.Exa. ficasse autorizado a fazer pequenos ajustes nessas questões. V.Exa. é o Relator, V.Exa. tem um grau de necessidade de informações, de ouvir pessoas, maior do que os outros membros, porque é diferente. V.Exa. é o Relator. Sem o trabalho de V.Exa., esta Comissão não caminha.

Então, fica previamente acordado que, em relação a pequenos ajustes, como incluir ou não alguém, o Plenário deixa V.Exa. autorizado a propor e esta Presidência a concordar. Em relação à questão de amanhã, vejo que há unanimidade na Casa. Não é para ser rígido. Estamos trabalhando no mesmo sentido. Faremos incluir, portanto, o Movimento.

D. Terezinha está me dizendo que eu estou “quebrando” o Regimento. Mas ela vai ser compreensiva. Nós vamos incluir o Movimento e diminuir o tempo para 15 minutos. O Movimento será convidado assim, como estou fazendo, porque não há condições de mandar um convite formal agora etc.

Se todos concordarem com este ponto, vou dar a palavra a V.Exa.

Vamos votar.

Quem concorda com os três requerimentos do Sr. Relator permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovados.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, vou reiterar a defesa da participação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na audiência pública em que será tratado o tema do financiamento.

Nós todos temos como parceiros dos trabalhos desta Comissão o CONSED, a UNDIME, a CNTE, instituições de formação acadêmica, instituições de gestão da educação superior como a ANDIFES. Temos trabalhado, ao longo dos anos, com essas instituições. Agora, sabemos que, em alguns aspectos, alguns temas são mais críticos do ponto de vista da análise e das propostas que vão ser construídas no PNE. Sabemos do empenho, da participação do CONSED e da UNDIME, mas sabemos também que, apesar da participação do CONSED ter ocorrido durante a discussão do FUNDEB e durante a discussão do piso, de forma harmônica, fomos “esfaqueados” por cinco Governadores de Estado, que apresentaram uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo, contrários a aspectos centrais da lei do piso, aspectos que tinham sido discutidos com o CONSED, por exemplo.

Isso ressalta o quê? Que algumas instituições, como são representativas de gestores, de escalões inferiores dos entes da República, não têm autonomia para decidir. Perguntem aos Secretários Municipais de Educação de que tipo é a relação deles com os Secretários Municipais de Finanças: cinco estrelas, quatro estrelas, três estrelas, duas estrelas. Em muitos Municípios, não é de estrela nenhuma. Os Secretários Municipais de Finanças são ditadores, e os Secretários Municipais de Educação comem o pão que o diabo amassou quando a padaria está aberta. Não há autonomia. São vários os conflitos.

Então, sob alguns aspectos, o debate de alguns temas precisa da participação de instituições, de movimentos, de entidades que tenham completa e absoluta independência em relação ao poder público, ao Estado. Vamos discutir financiamento da educação com o CONSED? Vamos. Com a UNDIME? Vamos. Agora, qual Secretário de Educação que é ouvido quando o Governador do Estado concede incentivos fiscais na base do recolhimento da educação, que é o ICMS? Nenhum!

O Deputado Ivan Valente é autor de um projeto de lei, do qual sou Relator — e o meu parecer é favorável —, para que toda renúncia fiscal na base da arrecadação da educação seja compensada de forma automática,



concomitantemente. Se não, todo mundo faz gracinha com o chapéu alheio e deprecia os fundos de arrecadação, como o FUNDEB, que financiam a educação e a saúde também, porque é verba vinculada.

Então, quero insistir aqui na importância sobretudo dos trabalhos que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação tem oferecido à sociedade. Está aqui o estudo do custo aluno/qualidade. Está aqui uma excelente publicação, talvez a única de caráter didático, que quebra o conceito rígido, o conceito técnico da temática do financiamento da educação brasileira, bicho de sete cabeças.

Considero fundamental que a Campanha tenha participação no seminário sobre financiamento da educação, até porque será a voz da sociedade civil, será a voz da sociedade, será a voz dos movimentos sociais que lutam pelas creches, pelo custo aluno/qualidade.

Em relação à participação de outras entidades, no requerimento do Deputado Angelo Vanhoni é sugerida a participação do PROIFES. Não vejo nenhum problema. Mas todos nós sabemos — e eu fui militante do movimento docente — que há outra instituição muito mais antiga do que o PROIFES, que é o ANDES, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Então, se temos que trazer a representação da sociedade no campo da educação superior, da docência, da carreira, da valorização, temos que chamar ambas as entidades. Vamos chamar o PROIFES e o ANDES, até porque o ANDES é muito mais antigo do que o PROIFES...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mais antigo e mais representativo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E eu não vou entrar no mérito da posição política de uma entidade e de outra entidade — se uma é filiada a uma central sindical, se outra é filiada a outra central. Mas, para convidar o PROIFES, temos que chamar o ANDES.

Essa era a ponderação que eu faria.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado Gastão Vieira, Deputado Paulo Rubem, eu só queria ponderar que essa questão já está resolvida. O Plenário absorveu a sugestão que eu tinha feito desde o início, de trazer a Campanha Nacional pelo Direito à Educação amanhã, sem prejuízo da sua participação no seminário que vai tratar do financiamento.



Eu acho que isso ficou resolvido quando o próprio Presidente da Comissão propôs que o Relator, nesta condição, dada a responsabilidade que tem, faça os ajustes necessários. Eu acho que isso é de bom tom. Não sendo assim, teríamos que enveredar pelo caminho da burocratização. E não é isso o que se deseja aqui, de maneira nenhuma — nem o Presidente, nem o Relator, nem qualquer um de nós.

A meu juízo, está resolvida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Está resolvido das duas formas.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - ... tanto a vinda da Campanha amanhã quanto a sua participação no seminário. E o Presidente fez uma sugestão que acho muito sensata: de que o Relator faça os ajustes necessários.

Para mim, está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Quando eu acolhi a sugestão para a Mesa de amanhã, talvez não tenha sido claro. Eu acolhi a sugestão de V.Exa. para o tema *Financiamento da Educação*. O problema me parece absolutamente resolvido.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria colocar duas questões. Concordo com a incorporação da Campanha, sem problema nenhum. Quanto à discussão promovida pelo Deputado Angelo Vanhoni, Relator, sobre a questão das entidades, só para manter o debate sobre a qualidade, temos que manter os especialistas. Uma coisa não exclui a outra. Os requerimentos foram aprovados. Uma coisa são as entidades; outra coisa são os especialistas. Quero que sejam mantidos os especialistas.

Agora, Sr. Presidente, especialmente sobre a questão do ANDES e da ANDIFES, eu tinha entendido, pelo que disse o Deputado Vanhoni, que a vinda do ANDES já estava aprovada. A entidade que representa os docentes é o Sindicato Nacional ANDES. Eu, na condição de Deputado desta Casa há muitos anos, acompanhei a liderança da greve do ANDES em 1999 e em 2003; a sua representação nacional. O PROIFES é outra coisa, é uma criação, é uma dissidência, que não é positiva no movimento unitário dos setores universitários.



Então, seria até um enorme desarranjo não convidar o ANDES. Em hipótese nenhuma eu aceitaria isso.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deputado, V.Exa. tem toda a razão. Na realidade, foi um lapso da Assessoria. Eu achei que o ANDES já estivesse na relação. Mas V.Exa. tem toda a razão. E peço ao Sr. Presidente e à D. Terezinha que incorporem o ANDES, porque é o representante dos professores em âmbito nacional.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Só um esclarecimento, Deputado Angelo Vanhoni. Concordo, mas pergunto se o PROIFES também será convidado a participar.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Já está incluído.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Já está incluído. O.k. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Vou esclarecer, antes da votação, que no requerimento que aprovamos, do eminente Deputado Ivan Valente, a vinda da ANDES já tinha sido aprovada. O.k.?

Lembro aos Srs. Deputados que amanhã, 11 de maio, haverá audiência pública destinada ao debate do tema *Qualidade da Educação*, com as entidades aqui aprovadas.

Daniel Cara rapidamente já confirmou sua presença, como representante da Campanha Nacional. Portanto, o assunto está encerrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.